

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.254.918 - SP (2018/0044731-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : GUIDO ANTONIO SARTORI BISSIERES  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CÉSAR ACHOA MORANDI - SP113910  
VINICIUS MARCHETTI DE BELLIS MASCARETTI - SP250312  
**AGRAVANTE** : DAN ENGER RUIZ  
**AGRAVANTE** : LIV ENGER RUIZ  
**ADVOGADOS** : RODRIGO JOSÉ MARCONDES PEDROSA OLIVEIRA - SP174940  
ISABELLA DA SILVEIRA PEREZ CENSON E OUTRO(S) - SP350977  
**AGRAVADO** : OS MESMOS  
**INTERES.** : TECMATIZ QUIMICA INDUSTRIAL LTDA

### EMENTA

PROCESSUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE COTAS. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

GUIDO ANTONIO SARTORI BISSIERES (GUIDO) ajuizou embargos à execução contra DAN ENGER RUIS e LIV ENGER RUIZ (DAN e outro), tendo por objeto título exequendo relativo à alienação de cotas sociais entre os sócios de empresa falida.

A sentença de procedência do pedido dos embargos à execução foi confirmada pelo Tribunal estadual conforme acórdão assim ementado:

*EMBARGOS À EXECUÇÃO Acolhimento Insurgência dos exequentes que não merece prosperar Inexigibilidade do crédito decorrente de contrato de cessão de quotas sociais Impossibilidade de compelir o adquirente de quotas de sociedade que estava prestes a falir a pagar o elevado preço convencionado pela venda (R\$ 800.000,00), pena de grave violação ao sinalagma contratual e a corresponsabilidade entre as prestações assumidas pelas partes Aplicação do princípio cogente do equilíbrio, ou justiça contratual. Verba honorária fixada adequadamente pelo Juízo a quo e que tampouco comporta alteração Sentença mantida Recursos não providos (e-STJ, fl. 247).*

GUIDO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF,

# Superior Tribunal de Justiça

onde alegou violação do art. 20, § 4º, do CPC/73, alegando a necessidade de majoração do valor fixado a título de verba honorária tendo em vista (1) o valor da causa (R\$ 745.964,60); (2) o trabalho desenvolvido pelo causídico.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 337/346).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre com suporte na Súmula nº 7 do STJ.

GUIDO ingressou com agravo em recurso especial onde reiterou os fundamentos do recurso especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 398/409).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não comporta conhecimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

No mais, verifica-se que o Tribunal local inadmitiu o recurso especial por se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, verifica-se que GUIDO deixou de impugnar especificamente a incidência da Súmula nº 7 do STJ, invocada pelo juízo prévio de admissibilidade para negar seguimento ao apelo nobre.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...] II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015. III - Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)*

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator